

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

Caroline Oliveira de Moraes

**A RETIRADA BRASILEIRA DA LIGA DAS NAÇÕES ATRAVÉS DAS
PERSPECTIVAS DOS JORNAIS *O PAIZ* E *CORREIO DA MANHÃ***

PASSO FUNDO

2021

Caroline Oliveira de Moraes

**A RETIRADA BRASILEIRA DA LIGA DAS NAÇÕES ATRAVÉS DAS
PERSPECTIVAS DOS JORNAIS *O PAIZ* E *CORREIO DA MANHÃ***

Monografia apresentada ao curso de História,
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
da Universidade de Passo Fundo, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld

PASSO FUNDO

2021

Dedicatória

À minha mãe, Rosângela; ao meu pai, Elio; ao meu segundo pai, Claunir; à minha irmã, Marina e ao meu companheiro, Rodrigo. Por serem a minha fonte de energia e o motivo das minhas maiores alegrias e conquistas. Amo vocês com todo o meu coração.

Agradecimentos

À minha família, por compreenderem minha ausência, pelo apoio, pela paciência e por estarem sempre ao meu lado.

Ao professor doutor do curso de História da Universidade de Passo Fundo e minha grande inspiração, desde a primeira aula, Adelar Heinsfeld, pelos ensinamentos e pela compreensão.

RESUMO

A tímida participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, ao lado dos aliados, garantiu ao Brasil um assento não permanente no Conselho Executivo da Liga das Nações – sociedade internacional criada oficialmente em 1920, sob o propósito da manutenção da paz entre os povos. A imprensa brasileira deu ampla cobertura para as discussões da Liga das Nações e para as manobras da chancelaria brasileira dentro do Conselho. Nesse sentido, a partir da análise de edições dos jornais cariocas *O Paiz* e *Correio da Manhã*, publicadas entre os anos de 1920 e 1926, o trabalho tem como objetivo analisar a trajetória e, sobretudo, o processo de retirada do Brasil da Liga das Nações, através das perspectivas dos dois periódicos em análise – considerados um como jornal “de situação” e outro “de oposição”, respectivamente – a fim de destacar seus diferentes posicionamentos e identificar sua atuação como grupo de pressão sob a renúncia ao assento permanente que o Brasil ocupava no Conselho há sete anos e a retirada brasileira daquela sociedade internacional, em junho de 1926.

Palavras-chave: Liga das Nações; chancelaria brasileira; imprensa brasileira; *O Paiz*; *Correio da Manhã*.

RÉSUMÉ

La participation timide du Brésil dans la Première Guerre Mondiale, à côté de l'Entente, a garanti au pays un siège non-permanent chez le Conseil Exécutif de la Société des Nations – société internationale créée officiellement en 1920, sous le prétexte de garder la paix entre les pays. La presse brésilienne a couvert les discussions de la Société des Nations et les manœuvres de la chancellerie brésilienne dans le Conseil. Dans ce sens, à partir de l'analyse des éditions des journaux de Rio de Janeiro *O Paiz* et *Correio da Manhã*, publiées entre 1920 et 1926, ce travail a l'objectif d'analyser la trajectoire et le processus de la sortie du Brésil de la Société des Nations, à travers la perspective des documents cités au préalable (le premier considéré comme « gouverniste » et le deuxième « d'opposition »), à fin de mettre en évidence ses différentes orientations politiques et identifier son rôle comme groupe de pression sous la résignation du siège permanent qui avait le Brésil pendant plus de sept ans, et le retrait du pays dans cette société internationale en juin de 1926.

Mots-clés : Société des Nations; chancellerie brésilienne; presse brésilienne; *O Paiz*; *Correio da Manhã*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do jornal <i>Correio da Manhã</i> , no dia 11 de junho	34
Figura 2 - Capa do jornal <i>Correio da Manhã</i> , no dia 12 de junho	35
Figura 3 - Capa do jornal <i>O Paiz</i> , no dia 11 de junho	37
Figura 4 - Capa do jornal <i>O Paiz</i> , no dia 12 de junho	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PANORAMAS	13
1.1 Contexto internacional: o mundo pós-guerra.....	13
1.2 Contexto interno: a década de 1920 no Brasil	14
1.2.1 A diplomacia brasileira na década de 1920	16
2 O BRASIL NA LIGA DAS NAÇÕES	20
2.1 O ingresso brasileiro: opiniões e contradições.....	20
2.2 A luta por um assento permanente	11
2.3 A crise de março de 1926	24
3 O BRASIL RETIRA-SE DA LIGA	32
3.1 Em resumo: as posições dos jornais	42
CONCLUSÃO	45
FONTES	47
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O fim da Primeira Guerra Mundial e a rendição alemã em 1918 trouxeram sentimentos de alívio e esperança para o mundo, especialmente para o continente europeu. A partir daí, abriu-se espaço para tratados, organizações e termos internacionais com o objetivo de promover a paz entre os povos e assegurar o cumprimento das normas do direito internacional. O Tratado de Versalhes, nesse sentido, foi um acordo de paz assinado pelas potências europeias, que pôs fim oficial à Primeira Guerra. O principal ponto do tratado determinava que a Alemanha aceitasse todas as responsabilidades por causar a guerra e que, assim, fizesse reparações às nações da Tríplice Entente. Na Alemanha, o acordo causou sentimento de humilhação, o que contribuiu para a queda da República de Weimar em 1933 e, posteriormente, a ascensão do Nazismo.

O tratado foi ratificado no dia 10 de janeiro de 1920, na oportunidade em que também era criada oficialmente a Liga ou Sociedade das Nações, “uma tentativa ambiciosa”, segundo Eugenio Vargas Garcia, “de se criar uma associação permanente entre Estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional”.¹ O principal órgão da estrutura da Liga era o Conselho Executivo, composto por membros permanentes e temporários, eleitos conforme as disposições do Pacto da Liga das Nações, incorporado à primeira parte do Tratado de Versalhes.

Dentre os países membros da Liga estava o Brasil, que, graças à sua tímida participação na Primeira Guerra junto aos aliados, garantiu seu espaço na organização. Assim, em meio às posições favoráveis e contrárias da população e da imprensa brasileiras, o Brasil ingressava na Liga das Nações, em 1920; ocupando, inclusive, um assento não permanente no Conselho Executivo. Tendo como principal objetivo o reconhecimento no campo internacional, sobretudo entre os países europeus, o Brasil procurou triunfar cada vez mais na Liga, reelegendo-se consecutivas vezes para o seu assento temporário e, posteriormente, candidatando-se para um assento permanente no Conselho. Ao longo desse percurso, no entanto, o Brasil deparou-se com uma grande crise no concerto da Liga das Nações, que acabou por frustrar suas expectativas e colaborar para a sua renúncia ao assento permanente, que ocupou durante sete anos no Conselho, bem como para a comunicação da sua retirada da sociedade internacional, em junho de 1926.

¹ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Da Universidade/UFRGS/Fundação Alexandre de Gusmão/Funag, 2000. p. 21.

No Brasil, a imprensa deu ampla cobertura para as discussões da Liga das Nações e para as manobras da chancelaria brasileira. Desde a ratificação do Tratado de Versalhes e a criação da Liga, os periódicos dividiram-se entre aqueles favoráveis à participação do Brasil e aqueles que se posicionavam como contrários, lançando inúmeras críticas à Liga e reivindicando a retirada brasileira. Em meio a esse contexto, dentre os grandes periódicos cariocas do século XX, destacaram-se *O Paiz* e o *Correio da Manhã*, reconhecidos, respectivamente, um como jornal governista e outro como jornal de oposição ao governo.

O jornal *O Paiz* foi fundado nos últimos anos da monarquia brasileira, em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro, por João José dos Reis Júnior, conde de São Salvador de Matozinhos. Tendo Rui Barbosa como seu primeiro redator-chefe – posteriormente substituído por Quintino Bocaiúva, um dos fundadores do Partido Republicano – destacava-se por seu viés abolicionista e republicano. Com a proclamação da república, consolidou-se como um dos maiores influenciadores e formadores de opinião da sociedade brasileira. Ostentando o slogan “O Paiz é a folha de maior tiragem e de maior circulação da América Latina”, exerceu importante papel na mentalidade brasileira na virada dos séculos XIX e XX, sendo um dos principais órgãos governistas da República Velha e um dos periódicos mais vendidos da capital federal e do Brasil.²

Considerado como um jornal governista ou “de situação”, tinha como seus principais traços a fidelidade e o apoio ao presidente em exercício, pois, como aponta Adelar Heinsfeld, “[...] os detentores do poder investiam, sob a forma de patrocínio ou de matéria paga, nestes jornais”³, tornando a função mais simples e lucrativa. *O Paiz* esteve ao lado do governo até mesmo durante períodos de alta repressão, como os anos de estado de sítio, no caso dos presidentes Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, durante o período da participação do Brasil na Liga das Nações. Devido a censura à imprensa e ao seu relacionamento com as oposições, frequentemente envolvido em acusações e polêmicas, *O Paiz* teve gradualmente a sua credibilidade diminuída, o que comprometeu sua circulação. Em 1934, o jornal foi definitivamente extinto.⁴

O *Correio da Manhã*, por sua vez, sem compromissos político-partidários,⁵ primava pelo oposicionismo. Fundado pelo jovem advogado Edmundo Bittencourt, em 15 de junho de

² BRASIL, Bruno. *O Paiz*. Biblioteca Nacional Digital, 02 abr. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

³ HEINSFELD, Adelar. *As fronteiras nacionais e a imprensa na República Velha* [recurso eletrônico]. Passo Fundo: Acervus, 2020. p. 20.

⁴ BRASIL. Op. cit.

⁵ HEINSFELD. Op. cit., p. 33.

1901, no Rio de Janeiro, é considerado hoje como um dos mais importantes jornais brasileiros do século XX. Independente e liberal, seguia uma orientação de duro combate às oligarquias da República Velha, agindo como opositor aos governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís, e possuindo como importante característica a sua aproximação com as camadas mais populares da sociedade carioca, principalmente nos períodos iniciais de sua produção.⁶ Durante a ditadura militar brasileira, após décadas de oposição a inúmeros governos, o jornal deixou de circular, em julho de 1974.⁷

A partir das análises desses dois importantes meios de comunicação e formadores de opinião do século XX, faz-se possível identificar diversos momentos da política brasileira em que as manobras do governo foram interpretadas e publicadas de maneiras antagônicas em suas páginas: apoiadas e enaltecidas por um e brutalmente condenadas por outro. O ingresso, a trajetória e a retirada do Brasil da Liga das Nações servem como exemplos desses episódios. Na maior parte do tempo, *O Paiz* e o *Correio da Manhã* atuaram com opiniões contrárias e posições bem definidas, publicando cada qual à sua maneira, a partir de suas próprias interpretações e perspectivas acerca do assunto.

Como se observa, analisar os momentos históricos através das perspectivas da imprensa representa multiplicar as possibilidades. Os jornais e as revistas nos emprestam suas lentes para que experimentemos enxergar sua época à luz das suas óticas próprias, inseridas dentro de um contexto único, sob as pressões, as preocupações e as emoções contemporâneas. Nesse sentido, o estudo através da imprensa se revela desafiador, porém, singular, pois cada pequeno fragmento de um periódico é capaz de manifestar as suas singularidades e revelar as minúcias da sua época, observadas através dos seus ângulos e concepções particulares.

Apesar disso, durante muito tempo, a imprensa teve sua utilização como fonte de estudo para a pesquisa histórica ignorada. A tradição da busca pela verdade dos fatos, dominante durante o século XIX e nas décadas iniciais do século XX, exigia fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade, além de suficientemente distanciadas do tempo do historiador.⁸ Em meio a essas exigências,

[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente,

⁶ BRASIL, Bruno. *Correio da Manhã*. Biblioteca Nacional Digital, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

⁷ HEINSFELD. Op. cit., p. 33.

⁸ LUCA, Tânia Regina de. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112.

realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.⁹

Ao longo do século XX, contudo, sob a influência das diferentes gerações da Escola dos *Annales*, os determinismos e os métodos dogmáticos impostos à ciência histórica no século anterior tiveram de ceder espaço para a interdisciplinaridade, para a renovação dos métodos e, principalmente, para o alargamento e a diversificação das fontes. Imagens, acervos privados, jornais, revistas, produções artísticas, testemunhos orais e objetos arqueológicos, dentre inúmeras outras produções humanas, passaram a servir como fontes possíveis ao ofício do historiador. Com relação à imprensa, em especial, a década de 1970 pode ser considerada como um marco para o seu reconhecimento enquanto fonte e enquanto objeto da pesquisa histórica, passando a exigir metodologias e cuidados específicos para o seu tratamento.

O historiador estadunidense Robert Darnton chama a atenção para a função ativa que os jornais podem desempenhar nos rumos, nos costumes e nas decisões de uma sociedade.¹⁰ No mesmo sentido, Cruz e Peixoto discutem sobre a necessidade de interpretá-la como uma força ativa da vida moderna, que age “muito mais [como] ingrediente do processo do que [como] registro dos acontecimentos”.¹¹ Compreende-se, portanto, que a imprensa não deve ser analisada de maneira inocente, como mera divulgadora de informações, notícias e propagandas, mas sim como uma força atuante no meio social, dotada de ideologias e de interesses próprios, capazes de influenciar e de moldar as ações e as formas de pensamento.

Isso posto, pretende-se analisar – através dos exemplares digitalizados e disponíveis para consulta online na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – as formas com as quais os jornais *O Paiz* e *Correio da Manhã* observaram, interpretaram e publicaram a participação e, principalmente, a retirada do Brasil da Liga das Nações, buscando compreender a atuação desses periódicos enquanto grupo de pressão para a decisão tomada pelo governo brasileiro de renunciar ao seu assento temporário e “abandonar” a Liga das Nações. Propõe-se, nesse sentido, para a construção da presente pesquisa, a análise de trinta textos selecionados de cada um dos periódicos, publicados nos anos de 1920, 1924 e, sobretudo, 1926.

⁹ Ibidem, p. 112.

¹⁰ DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996. apud LEITE, Carlos Henrique Ferreira. *Teoria, Metodologia e Possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica*. Revista Escritas, v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015.

¹¹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. São Paulo: Projeto História, n. 35, p. 253-270, dez. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/2221/1322>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Para uma boa compreensão do todo, pretende-se, ao longo do primeiro capítulo, contextualizar o momento histórico do recorte temporal escolhido para este trabalho, através da breve apresentação dos panoramas internacional e nacional dos anos 1920. No segundo capítulo, pretende-se apresentar os principais momentos da trajetória do Brasil dentro do Conselho Executivo da Liga da Nações, destacando suas múltiplas investidas e estratégias na busca pelo alcance de um assento permanente. Dentro do mesmo capítulo, propõe-se também a análise do papel do Brasil e dos demais processos que levaram à crise no Conselho da Liga, em março de 1926 – momento crucial para o posterior afastamento brasileiro – utilizando, para isso, os diferentes discursos e interpretações dos jornais *O Paiz* e *Correio da Manhã*.

Finalmente, ao longo do terceiro capítulo, pretende-se analisar o processo de retirada do Brasil da Liga das Nações, a partir das perspectivas dos dois periódicos selecionados para esta pesquisa, a fim de identificar seus posicionamentos acerca do assunto e compreender, sobretudo, a sua contribuição para a atitude tomada pelo governo brasileiro de renunciar ao assento temporário no Conselho Executivo e retirar-se da Liga, em junho de 1926.

1 PANORAMAS

1.1 Contexto internacional: o mundo pós-guerra

No final da segunda década do século XX, a Europa via-se abalada pelo conflito mundial que acabara de vivenciar. As milhões de mortes e a destruição das economias nacionais¹² levavam a refletir e colocar na balança os custos, os prejuízos, os ganhos e a finalidade da guerra. Fazia-se urgentemente necessário encontrar um meio eficaz de evitar novos conflitos. Nesse cenário, as primeiras inspirações teóricas da corrente idealista começavam a tomar forma. Segundo Thales Castro, o pensamento liberal – ou idealista, como foi pejorativamente apelidado mais tarde – envolve “a partilha de responsabilidades comuns em prol da paz, da justiça e da cooperação, bem como a força normativa das instituições multilaterais (sic), dos regimes internacionais e das regras pactuadas entre os povos [...]”.¹³ Em outras palavras, o idealismo acredita na cooperação multilateral entre os países, na criação de instituições e de normas para a regulamentação da convivência internacional.

Como um dos principais símbolos desse novo pensamento, o presidente estadunidense Woodrow Wilson lançou, em 1918, uma lista com 14 pontos fundamentais a encerrar os conflitos entre as nações e inaugurar novos tempos na política internacional. Os “14 Pontos de Wilson” sugeriam, dentre outros aspectos, a livre navegação, o direito à autodeterminação dos povos e a eliminação dos acordos diplomáticos secretos. O último e principal ponto da lista propunha a criação de uma instituição capaz de regular as relações entre as nações e evitar que a busca incessante por poder voltasse a causar um conflito mundial. A Liga ou Sociedade das Nações, nesse sentido, deveria existir como um espaço de diálogo e de negociação diplomática em que os Estados pudessem formular estratégias de realização dos seus interesses de maneira coletiva.

A proposta de Wilson tomou corpo em janeiro de 1920, com a formalização da criação da Liga das Nações, que ganhou sede na cidade de Genebra, na Suíça. Surgia a Liga no pós-guerra, portanto, como a primeira experiência internacional multilateral, fortalecendo as

¹² De acordo com VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As Guerras Mundiais*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003. p. 53., contabilizaram-se oito milhões de soldados e nove milhões de civis mortos. Na questão econômica, a Inglaterra gastou 35% de sua economia nacional; a Alemanha, 24%; e a França, o Império Austro-Húngaro e a Itália, 20% cada.

¹³ CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012. p. 338.

aspirações idealistas.¹⁴ A estrutura da Liga compreendia três órgãos principais: um Conselho Executivo, com membros permanentes e não permanentes; uma Assembleia aberta a todos os Estados-membros para o exercício do debate, da arbitragem e da diplomacia sobre as questões que afetassem a paz; e um Secretariado com funções basicamente administrativas. Criou-se também a Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) para mediar e solucionar por meios pacíficos controvérsias que viessem a surgir entre os Estados.¹⁵

Apesar da Liga ter sido fruto da idealização do presidente Wilson, os Estados Unidos, no entanto, acabaram por não integrar o seu grupo de membros, pois o Senado Federal estadunidense não aprovou a entrada do país na organização. Desse modo, a Liga das Nações iniciava a sua história sem a presença do seu principal patrocinador. Mais do que isso, iniciava a sua história sem a presença da principal potência econômica da época. A Alemanha, por sua vez, embora também figurasse como uma importante potência, havia sido considerada culpada pelos prejuízos da guerra; condenada a pagar indenizações bilionárias, ceder territórios e reduzir seu contingente militar, dentre outras represálias impostas pelas potências “vencedoras” da Primeira Guerra, através do Tratado de Versalhes. Por esse motivo, bem como pelas rivalidades europeias, foi deixada de lado pela Liga das Nações.

Sem a presença dos Estados Unidos e da Alemanha, portanto, o Conselho Executivo, principal órgão da estrutura da Liga, ficou composto por França, Grã-Bretanha, Itália e Japão, que representavam a categoria das grandes potências e possuíam assentos permanentes no Conselho; e por Brasil, Bélgica, Grécia e Espanha, que integravam a categoria das potências menores, com assentos temporários.

1.2 Contexto interno: a década de 1920 no Brasil

Em *Dicionário de Política*, Norberto Bobbio cita a falta de um significado técnico bem definido para o termo “Oligarquia”, frequentemente imbuído de significado valorativo. Quando se caracteriza um governo como oligárquico, segundo Bobbio, existe a intenção de condená-lo como nocivo. O uso do termo “oligarquia” limita-se a chamar atenção para o fato puro e simples de que

o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam

¹⁴ Ibidem, p. 385.

¹⁵ GARCIA, Eugênio Vargas. *Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 19.

de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.¹⁶

Não é por acaso, portanto, que o período correspondente à República Velha (1889-1930) – no qual insere-se o recorte temporal escolhido para este trabalho – foi apelidado como República Oligárquica. Tendo o café e o leite como principais produtos comerciais da época, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, constituíam-se como os estados brasileiros mais poderosos econômica e politicamente. Nesse cenário, paulistas e mineiros dominavam a política nacional e revezavam entre si a presidência da república através de um sistema conhecido como Política do Café com Leite.

Esse contexto, aliado às fraudes eleitorais dos mais diversos tipos, garantiu por cerca de quatro décadas a permanência dessas oligarquias no comando do Brasil e dos estados brasileiros. A partir da década de 1920, entretanto, as bases da República Oligárquica começaram a se enfraquecer. As demais unidades federativas passavam a reivindicar maior participação política e, junto a isso, entravam em cena novos atores sociais, como artistas, intelectuais e militares de baixa e média patente, que criticavam a forma como o sistema político vinha sendo conduzido no Brasil. Originava-se, dessa forma, uma forte onda de contestação ao governo. Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto destacam que

o ano de 1922, em especial, aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República.¹⁷

Com o objetivo de conter os movimentos oposicionistas, medidas extremas e repressivas foram tomadas pelo então presidente, Epitácio Pessoa. A eleição de Arthur Bernardes, em 1922, portanto, deu-se em um ambiente completamente hostil, em pleno Estado de Sítio. Bernardes deu segmento à violenta repressão aos opositores do governo, sancionando, inclusive, uma lei reguladora da imprensa, em 31 de outubro de 1923 – que tinha como principais aspectos a

¹⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de João Ferreira (Coord.). Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1. p. 835. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 387-416. (O Brasil Republicano, 1). p. 389.

vedação do anonimato e a responsabilização do editor do jornal pela publicação da reportagem¹⁸ –, conhecida como a “Lei Infame”. O autoritarismo de Bernardes, no entanto, serviu para provocar nova onda de reações civis e militares, incluindo movimentos como a Revolução de São Paulo e a Coluna Prestes, em 1925.

Observa-se, portanto, que a década de 1920 reflete o período de instabilidade política e social que se apresentava no cenário brasileiro. Aspectos desse momento histórico como a repressão, as instabilidades e a impopularidade do governo servem como pano de fundo e podem ser imediatamente identificados dentro do recorte temático escolhido para este trabalho, que tem como protagonistas o presidente da república, seu corpo diplomático e, sobretudo, a imprensa brasileira.

1.2.1 A diplomacia brasileira na década de 1920

Embora ainda sob domínio da elite e incontestada pela opinião pública, como fora durante todo o Império, como aponta E. Bradford Burns, a política exterior do Brasil passou por um momento de profunda transição ao longo dos anos da República Velha (1889-1930).¹⁹ Dentre os principais esforços empreendidos pelo corpo diplomático brasileiro nesse período destacam-se a demarcação das fronteiras do território brasileiro, o deslocamento dos eixos econômico e diplomático da Grã-Bretanha para os Estados Unidos e a representação de um papel mais ativo do Brasil nos assuntos do hemisfério e do mundo.²⁰

A Grã-Bretanha exerceu protagonismo sobre a economia brasileira até o século XIX, tanto com relação às importações, quanto aos empréstimos e investimentos em infraestrutura. Durante a República Velha, no entanto, uma grande característica da diplomacia brasileira foi o cultivo da amizade com os Estados Unidos e, conseqüentemente, o declínio da influência inglesa. Esse declínio, segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, foi acentuado pela perda de poder mundial e conseqüente perda da posição de primeira potência capitalista sofrida pela Grã-Bretanha, que cedeu lugar aos Estados Unidos da América.²¹ Nesse período, os Estados Unidos eram o maior consumidor mundial de café – especialidade da economia

¹⁸ DIEPPE, Carla Ferreira. *A censura da notícia no final da Primeira República*. Anagrama, [S. l.], v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/141635>. Acesso em: 26 abr. 2021.

¹⁹ BURNS, E. Bradford. Relações Internacionais do Brasil durante a primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 2. São Paulo: Difel, 1978. p. 375-400. p. 378.

²⁰ *Ibidem*, p. 377.

²¹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002. p. 220.

brasileira – e, além disso, buscavam mercado para suas exportações, fatores que se encaixaram perfeitamente às necessidades e aos interesses brasileiros, fortalecendo a complementariedade econômica, a parceria e os laços entre os dois países.²²

No início da década de 1920, os Estados Unidos já superavam a Grã-Bretanha em relação aos empréstimos, aos investimentos e, principalmente, tornavam-se os principais compradores e vendedores do Brasil.²³ Além das boas relações comerciais, o relacionamento com a potência norte-americana favorecia os interesses brasileiros de se destacar no sul da América e de afastar intervenções dos países europeus.²⁴ Nesse momento, portanto, do mesmo modo em que acontece o deslocamento do eixo econômico, ocorre também o deslocamento do eixo diplomático brasileiro de Londres para Washington.

Outro importante momento da política externa brasileira, durante os últimos anos da década anterior, e que influenciou de forma crucial na diplomacia dos anos 1920, foi a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, ao lado dos aliados. Única nação sul-americana a participar do conflito, o Brasil declarou guerra à Alemanha em outubro de 1917, devido ao afundamento de navios mercantes brasileiros. Além de corresponder com a crescente amizade com os Estados Unidos, a conduta brasileira estava interessada em receber alguma recompensa, algum apoio ou reconhecimento futuro dos países aliados, bem como poder participar das grandes decisões da política mundial.

A participação efetiva do Brasil na guerra, contudo, foi modesta. As colaborações mais relevantes foram o envio de uma unidade médica e a construção de um hospital em Paris. A DNOG – Divisão Naval em Operações de Guerra, enviada à costa africana para incorporação à força naval inglesa – no entanto, após passar por inúmeras dificuldades ao longo da travessia do Atlântico e chegar ao território de guerra no dia anterior à assinatura do armistício, pouco contribuiu com o exército aliado.²⁵

Mesmo assim, com a vitória dos aliados, o Brasil saiu da Primeira Guerra Mundial politicamente fortalecido. Apesar de sua tímida participação bélica, a posição brasileira no conflito garantiu sua presença na Conferência da Paz em Paris, em janeiro de 1919, evento idealizador da Liga das Nações. Um ano mais tarde, em 10 de janeiro de 1920, na data do nascimento efetivo da Liga, o Brasil ingressava nessa organização como membro fundador e

²² Ibidem, p. 221.

²³ BURNS. Op. cit., p. 381.

²⁴ PASSOS, Anaís M.; CORÁ, Camilla; AMAZARRAY, Igor C. Discurso, prática e poder: o Brasil na Liga das Nações. *Revista Interação*, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12695>. Acesso em: 05 ago. 2020. p. 5.

²⁵ CERVO; BUENO. Op. cit., p. 226-227.

como um dos quatro países a ocuparem os assentos temporários do Conselho Executivo, ao lado de Bélgica, Espanha e Grécia.²⁶

Na mesma ocasião, com a ratificação do Tratado de Versalhes, o corpo diplomático brasileiro reivindicou, com êxito, a permissão para conservar dezenas de navios alemães que haviam sido apreendidos em portos brasileiros antes da declaração de guerra, bem como o recebimento, com juros, do valor correspondente ao café brasileiro depositado em uma casa bancária em Berlim.²⁷ Ainda como forma de reconhecimento à participação do Brasil, países como Grã-Bretanha, Itália e Bélgica elevaram suas respectivas legações no Rio de Janeiro à categoria de embaixadas.

Todos esses reconhecimentos e concessões, assim como o ingresso na Liga das Nações, representaram grandes conquistas internacionais para o Brasil, colaborando para o crescimento dos sentimentos de orgulho nacional e de grandeza. No início da década de 1920, o Brasil encontrava-se satisfeito consigo mesmo e com sua diplomacia, envolvendo-se na intensa agitação da diplomacia europeia e demonstrando uma sensação de autoconfiança e superestimação de seu peso internacional; como apontam Cervo e Bueno, “comparecia o Brasil às conferências internacionais americanas e às reuniões do Conselho da Liga das Nações com a ilusão de estar participando das decisões internacionais”.²⁸ Na época,

o Brasil dispunha de uma diplomacia prestigiada, com uma imagem marcada pelo respeito ao direito internacional e cooperação entre os povos. Todavia, contava pouco mais de trinta anos da proclamação da República e vivia um momento político interno de insegurança, falta de legitimidade e ameaça às instituições estabelecidas, o que indubitavelmente foi refletido em sua política externa. Neste contexto ocorreu um dos mais lamentáveis episódios da diplomacia brasileira, que abalou a boa imagem do Brasil no campo diplomático internacional.²⁹

Internamente, portanto, como apontam Daniel Lago Rodrigues e Jorge Luís Mialhe, o contexto não era tão favorável. O quadro de autoritarismo assumido pelo presidente Arthur Bernardes desde sua eleição em 1922 aumentou as reações contra o governo, tornando-o cada vez mais impopular. Fazia-se necessário, portanto, transparecer na política externa uma coesão

²⁶ SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, p. 87-112, jul./out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a04.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020. p. 88.

²⁷ CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1959. p. 384-384. Apud RODRIGUES, Daniel Lago; MIALHE, Jorge Luís. *A Participação e Retirada do Brasil na Liga das Nações*. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 2, n. 4, p. 155 -165, 2003. p. 3. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/699>. Acesso em: 10 jun. 2020.

²⁸ CERVO; BUENO. Op. cit., p. 216.

²⁹ RODRIGUES, Daniel Lago; MIALHE, Jorge Luís. *A Participação e Retirada do Brasil na Liga das Nações*. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 2, n. 4, p. 155 -165, 2003. p. 2. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/699>. Acesso em: 10 jun. 2020.

interna que, por hora, não existia. O plano traçado por Bernardes era de aumentar a integralidade do governo e enfraquecer os inimigos internos através do triunfo no plano internacional, solução frequentemente utilizada por governos em períodos de instabilidade, como destaca Norma Breda dos Santos.³⁰ Por esse motivo, avançar de um assento temporário para um assento permanente no Conselho da Liga das Nações e, assim, ter o peso e o reconhecimento internacional do Brasil aumentados, tornou-se o foco principal da diplomacia ao longo do governo Bernardes.

³⁰ SANTOS. Op. cit., p. 88.

2 O BRASIL NA LIGA DAS NAÇÕES

2.1 O ingresso brasileiro: opiniões e contradições

Internamente, a adesão do Brasil à Liga das Nações recebeu críticas e aplausos. Políticos e jornalistas dividiram-se entre os que apoiavam e admiravam a posição alcançada pelo Brasil e aqueles que, por uma série de motivos, condenavam a presença brasileira na organização, bem como condenavam a própria Liga das Nações. Para Assis Chateaubriand, conforme texto publicado no jornal *Correio da Manhã*, a Liga já nasceu parálitica, com artigos de “cynismo artroz” introduzidos em seu Pacto.³¹

Para o jornal *Imparcial*, entrando no Conselho da Liga com um assento não permanente, “nós não somente abandonamos o princípio, que já defendemos da igualdade jurídica das nações independentes entre si, como aceitamos a nossa classificação entre os povos de soberania subalterna”.³² A crítica feita pelo periódico refere-se ao fato de que, desde a Conferência da Paz, o Brasil vinha buscando demonstrar sua posição contrária à classificação das nações entre países de primeira e de segunda grandeza, mas ao mesmo tempo, contudo, não conseguia esconder o desejo e a esperança de projetar-se com destaque no cenário internacional, integrando o grupo das “grandes” e “importantes” nações.³³

Em outras palavras, ao ter bem compreendido a concepção política da Liga das Nações e os privilégios de um assento permanente, como sugere Perez-Guerrero, o Brasil converteu-se à causa das grandes potências – por ser essa a exigência do momento³⁴ –, deixando de lado suas ideias mais radicais para evitar confrontar as grandes potências sem necessidade. Dessa forma, envolvendo-se em uma conduta bastante contraditória, o Brasil negava na prática o seu discurso da igualdade entre os Estados.

³¹ *Correio da Manhã*, 13 jan. 1920, p. 2.

³² *O Imparcial*, 03 maio 1920, p.2.

³³ GARCIA, 2000. Op. cit., p. 33.

³⁴ PEREZ-GUERRERO, Manuel. *Les relations des Etats de l'Amérique latine avec la Société des Nations*. Paris: A. Pedone, 1936. p.27. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9822631j/f35.item.texteImage>. Acesso em: 03 set. 2020.

2.2 A luta por um assento permanente

O primeiro representante do Brasil na Liga das Nações foi Gastão da Cunha, sucedido por Domício da Gama e posteriormente, durante o governo de Artur Bernardes, Afrânio de Melo Franco. Nos anos iniciais da Liga, o Brasil ocupou posição de destaque nos principais assuntos tratados em seu âmbito: o Tratado de Assistência Mútua, elaborado por Domício da Gama; a Questão das Minorias, discutida por Afrânio de Melo Franco; e, principalmente, a reforma do Conselho da Liga das Nações.³⁵

Em 1921, na 2ª assembleia, “o papel de relevo exercido pelo Brasil nos primeiros anos da Liga levou o representante chileno (Agustin Edwards) [...] a defender que a cadeira brasileira no Conselho se tornasse permanente [...]”. Nesse sentido, Edwards propôs o aumento no número de assentos permanentes, a partir da inclusão do Brasil e da Espanha, ideia vigorosamente defendida pelo Brasil. Balfour e Paul Hymans, delegados da Grã-Bretanha e da Bélgica, respectivamente, foram os principais opositores da proposta chilena, tendo Balfour contraproposto com a sugestão de aceitar apenas a Espanha. Entendendo como uma desconsideração para com o Brasil e a América, Epitácio Pessoa instruiu Gastão da Cunha, um dos representantes brasileiros, a vetar a admissão da Espanha caso a proposta Edwards não fosse aceita. O Conselho não chegou a um acordo e a questão foi adiada para o ano seguinte.

Durante a 3ª assembleia, em setembro de 1922, o clima era de competição entre as pequenas potências. Devido à forte pressão exercida pelos países latino-americanos, que reivindicavam uma maior democratização do Conselho, foi aprovado o aumento de mais dois assentos não permanentes, ampliando de quatro para seis o número de “potências menores”; foi aprovado também o princípio do *roulement*, determinando que houvesse rodízio entre os países ocupantes dos assentos temporários. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a tensão e a concorrência aumentavam entre as pequenas potências, também crescia o receio do Brasil de não conseguir se reeleger para seu assento temporário no ano seguinte, tendo de ser obrigado a ceder seu lugar à outra nação.

Ainda assim, o Brasil obteve êxito com sua reeleição, ao lado de Bélgica, Suécia, China, Espanha e Uruguai. Para Domício da Gama, chefe da delegação brasileira na 3ª assembleia, o Brasil ocupava na Liga um “lugar de importância e prestígio”³⁶, e, por isso, considerava justo

³⁵ RODRIGUES; MIALHE. Op. cit.

³⁶ GAMA E MARQUES, ofício confidencial, Paris, 12 out. 1992, AHI 274/2/1A apud GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre/ Brasília: Ed. Da Universidade/UFRGS/Fundação Alexandre de Gusmão/Funag, 2000. p. 68.

promover diplomaticamente a admissão do Brasil a um lugar permanente no Conselho, podendo trabalhar em conjunto com a Espanha para esse fim. Dessa forma, lançava-se oficialmente o início da candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho Executivo da Liga das Nações.

Como aponta Vargas Garcia, durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) não se escondia a satisfação com a posição alcançada pelo Brasil no pós-guerra. Além disso, quando do nascimento da ideia de elevar o Brasil à condição de membro permanente do Conselho – em outubro de 1922, após a 3ª assembleia –, Epitácio Pessoa já se encontrava no final de seu mandato presidencial. Foi no governo de Arthur Bernardes (1922-1926), portanto, que a campanha ao assento permanente foi posta como principal objetivo diplomático para o qual, a partir de 1923, voltaram-se os maiores esforços da chancelaria brasileira.³⁷

Em 1923, a delegação brasileira encontrou como seu principal argumento a reivindicação do direito de representação da América Latina com um lugar permanente no Conselho Executivo, sendo o Brasil o Estado melhor qualificado para assumir tal posto, levando em conta suas dimensões territoriais e populacionais, o volume de sua contribuição financeira e sua política de filiação aos ideais da Liga. Nesse sentido, Afrânio de Melo Franco, deputado federal de Minas Gerais e chefe da delegação brasileira na 4ª assembleia, propôs o aumento de dois lugares permanentes com o objetivo de representar os dois grupos étnicos ibero-americanos: novamente a Espanha, como representante de suas ex-colônias na América, e o Brasil, como única nação de “raça” e língua portuguesas no continente americano.

A diferença entre a proposta de Melo Franco e a proposta chilena apresentada em 1921, era o fato de que Brasil e a Espanha ficariam agora ocupando provisoriamente os lugares reservados aos Estados Unidos e à Alemanha, respectivamente, como forma de, assim, contornar as objeções das grandes potências, sobretudo da Grã-Bretanha. A Espanha, no entanto, não aceitou “reservar” o assento destinado à Alemanha. A proposta também não foi vista com bons olhos pelo presidente Bernardes e por seu ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco, que preferiam cogitar a retirada do Brasil da Liga das Nações do que assumir a “posição de fraqueza” proposta por Melo Franco.

O representante brasileiro Frederico de Castelo Branco Clark tomou medida mais radical ao enviar a Eric Drummond, secretário geral da Liga, uma carta na qual, segundo Vargas Garcia, praticamente exigia o apoio da organização à causa brasileira, dizendo tratar-se de uma “aspiração nacional”. Clark advertiu ainda que, caso o Brasil não fosse satisfeito na questão, o

³⁷ GARCIA, 2000. Op. cit., p. 74.

desapontamento nacional seria tão grande que o povo e, conseqüentemente, o governo, perderiam o interesse na Liga.³⁸ Sem sucesso e após tantas tentativas, ainda sem conseguir vencer a intransigente oposição britânica à reorganização do Conselho através do aumento de assentos permanentes, ao Brasil restou apenas a opção de, mais uma vez, buscar sua reeleição ao assento temporário.

Apesar de frustradas suas primeiras tentativas a alcançar um assento permanente, Bernardes decidiu continuar investindo na meta que se propôs a realizar. Criou-se, para tanto, em 13 de março de 1924, a Delegação Permanente do Brasil junto à Liga das Nações, tendo Afrânio de Melo Franco como chefe. Para o ministro Félix Pacheco, a delegação deveria ser o principal centro de informação e propaganda do Brasil na Europa, com vistas a aumentar o prestígio e a influência brasileira na Liga. Vargas Garcia assinala que

a atividade intensa da Delegação Permanente pode ser entendida em função do interesse do Brasil em angariar prestígio e aumentar a sua influência na Liga das Nações, o que contaria pontos a favor de sua candidatura a membro permanente do Conselho, seu objetivo primordial. **Era como se o Brasil prestasse espontaneamente um serviço à Liga para depois ficar em condições de exigir uma recompensa em troca.**³⁹

Observando o difícil contexto para o aceite do Brasil no espaço destinado às grandes potências, a delegação brasileira abandonou a fórmula Brasil-Espanha, entendendo que a melhor opção para o Brasil seria pleitear sozinho sua candidatura como interina ao posto reservado aos Estados Unidos. Como o Pacto da Liga havia destinado um lugar permanente ao continente americano que, por hora, não estava preenchido devido à retirada estadunidense, o Brasil acreditava estar apto a assumir o assento de maneira interina enquanto durasse a ausência norte-americana. Essa proposta, se aceita, não infringiria a hierarquia dos Estados, pelo fato de que o Brasil não estaria assumindo posto idêntico ao das grandes potências, que ali encontravam-se “inamovíveis”. Para o governo brasileiro, sendo pouco provável o retorno dos Estados Unidos naquele momento, a proposta representava uma forma de garantir uma presença duradoura no Conselho e quiçá alcançar prestígio suficiente para ali permanecer mesmo após retorno estadunidense.

Outra tentativa de convencimento foi o envio de um memorando aos Estados membros do Conselho, em julho de 1925, a mando de Félix Pacheco, enfatizando a representação continental que o Brasil seria capaz de exercer como membro permanente do Conselho. Como justificativa, o documento afirmava que, incontestavelmente, o Brasil era o sustentáculo mais

³⁸ Ibidem, p. 79.

³⁹ Ibidem, p. 87, grifo nosso.

firme da Liga das Nações na América e, por esse motivo, considerava justo o aumento no número de assentos permanentes.

Enquanto buscava pretextos para ascender na hierarquia, a maior dificuldade do Brasil passava a ser conservar seu assento temporário, devido à pressão exercida pelos países das américas central e do sul, que não se sentiam representados pelo Brasil e, além disso, também buscavam espaço na política internacional. Em setembro de 1925, o grupo latino-americano reuniu-se a fim de buscar solução à questão. Melo Franco conseguiu, com custo, sustentar a posição brasileira, comprometendo-se, no entanto, a aceitar o revezamento no ano seguinte.

2.3 A crise de março de 1926

Atenuados os rancores da guerra, desde setembro de 1924 a Alemanha vinha manifestando seu já esperado interesse em ingressar na Liga das Nações. O governo alemão enviou um memorando aos países membros do Conselho a fim de conhecer as opiniões acerca do seu ingresso,⁴⁰ mencionando, inclusive, o desejo de ocupar um assento permanente. O Brasil afirmou que não se opunha ao ingresso alemão, mas que aquele assunto deveria ser exposto e discutido dentro do Conselho, não entre dois governos.

Em outubro de 1925, após a 6ª assembleia, reuniram-se na cidade suíça de Locarno: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Tchecoslováquia e Polônia, para negociar uma série de tratados que ficaram conhecidos como “Acordos de Locarno”. Dentre outros aspectos, os acordos visavam o respeito às fronteiras, a solução pacífica dos conflitos e a superação do revanchismo franco-germânico;⁴¹ contudo, seriam implementados somente na ocasião da admissão da Alemanha na Liga das Nações, com direito a um assento permanente no Conselho. Os Acordos de Locarno foram saudados no mundo todo, pois marcavam o fim das atrocidades da guerra e o início de um período de esperança, paz e cooperação na Europa. O “espírito de Locarno”,

simbolizava não só a esperança de um novo tempo de paz no Velho Mundo, superados os rancores da guerra, mas também a expectativa de um fortalecimento das instituições da Liga das Nações a partir da adesão alemã, a ser efetivada mediante a convocação de uma reunião extraordinária da Assembleia.⁴²

⁴⁰ SANTOS. Op. cit., p. 92.

⁴¹ RODRIGUES; MIALHE. Op. cit., p. 4.

⁴² GARCIA, 2000. Op. cit., p. 95-96.

Em fevereiro de 1926, o governo alemão solicitou formalmente a sua entrada na Liga das Nações, sendo convocada, para tanto, uma assembleia extraordinária pelo secretariado da Liga, agendada para o dia 8 de março. A Alemanha, entretanto, condicionava a sua entrada a ser a única nação a ingressar no Conselho Executivo naquela ocasião. Mesmo assim, a Polônia, aliada da França e em conflituosa situação com a Alemanha desde 1919, também anunciava sua candidatura a um assento no Conselho, provocando reações diversas na Europa. Era do interesse francês possuir um aliado do peso da Polônia dentro do Conselho; a Alemanha, por sua vez, interessada em enfraquecer a aliança entre os dois países, não concordou com a candidatura imprevista da Polônia.⁴³

Brasil, China e Espanha, aproveitando-se da oportunidade, mais uma vez reivindicaram seus lugares junto às grandes potências, acentuando ainda mais as tensões. A Bélgica informou que, caso algum outro país fosse aceito na ocasião do ingresso da Alemanha, também seria candidata a um assento permanente. Surgia assim, no início de 1926, o germen de uma grande crise no concerto da Liga das Nações.

Considerando o contexto e as rivalidades europeias no pós-guerra, entende-se que a posição alemã, ao exigir que fosse o único país a ingressar no Conselho naquele momento, tinha como pano de fundo unicamente a política europeia. Tal posição, entretanto, foi interpretada pelo ministro Félix Pacheco como diretamente interessada em prejudicar as ambições brasileiras. Em meio a esse mal-entendido – ou desastrada atitude da chancelaria brasileira –, Pacheco consultou Melo Franco sobre a possibilidade de utilizar, como um contragolpe à Alemanha, o direito ao veto, previsto no artigo 5º do Pacto da Liga das Nações,⁴⁴ o que impossibilitaria o ingresso alemão no Conselho da sociedade internacional.

Melo Franco era contrário ao radicalismo de utilizar o recurso sugerido por Pacheco e apoiado pelo presidente Bernardes. O veto teria como consequência a queda dos Acordos de Locarno e assim, por consequência, ao Brasil recairia um odioso e desagradável papel frente à opinião pública mundial. Como advertia o jornal *Correio da Manhã*:

A perspectiva é muito grave, pois no caso de que a Alemanha, apesar do pacto de Locarno, não entre na Liga, oferece tantas probabilidades de conflito que nenhuma nação realmente deseja assumir a responsabilidade das consequências decorrente do afastamento do Reich da Sociedade de Genebra.⁴⁵

⁴³ SANTOS. Op. cit., p. 95-96.

⁴⁴ O artigo 5º do Pacto da Liga das Nações previa que “salvo disposição expressamente contrária deste Pacto ou das cláusulas do presente Tratado, as decisões da Assembleia ou do Conselho serão tomadas pela unanimidade dos membros da Sociedade representados na reunião”.

⁴⁵ *Correio da Manhã*, 13 mar. 1926, p. 1.

Na mesma direção e com a intenção de demonstrar os maus olhos com os quais a ameaça brasileira estava sendo vista no exterior, o periódico reproduz um trecho retirado do jornal *Vorwaerts*,⁴⁶ de Berlim, que condena o fato de que “um Estado seis mil quilômetros distante da Europa”, como o Brasil, destrua, no último minuto, “a ideia victoriosa” de Locarno. O Brasil, além disso, já havia prometido voto favorável à consulta alemã, em 1924. Em entrevista concedida à *United Press*, cujo trecho foi publicado pelo jornal *Correio da Manhã* em fevereiro de 1926, o ministro Félix Pacheco explicou o ponto de vista do Itamaraty a respeito da reivindicação da Alemanha por um assento permanente, declarando que

O Brasil prometeu apoiar-a nisso, mas é claro que não considerou então o problema como elle agora absurdamente se apresenta, isto é, a Alemanha querendo entrar para a Liga, com o que todos nós regosijamos, mas pretendendo ao mesmo tempo entrar sozinha para o Conselho.⁴⁷

As demais nações interessadas em ocupar um assento permanente, pressionadas, foram retirando suas candidaturas uma a uma, restando apenas o pleito brasileiro.⁴⁸ Em março de 1926, em telegrama enviado a Melo Franco, o presidente Bernardes comunicou que a conduta definitiva a ser seguida pelo Brasil na assembleia extraordinária seria, de fato, votar contra qualquer admissão, inclusive a da Alemanha, no quadro de membros permanentes que não contemplasse também o Brasil e a Espanha. O *Correio da Manhã*, que desde o início via com com maus olhos a participação brasileira na organização genebrina e que agora execrava a ideia do veto brasileiro à Alemanha, aproveitou o episódio para sugerir o desligamento do Brasil: “[...] não resta dúvida que o Brasil faria melhor papel com outra mão mais segura no leme, e que imprimisse á nossa conducta um rumo de higienica e elegante abstenção... E não apenas abstenção: desligamento”.⁴⁹ Em outra edição, ainda inconformado com a decisão do veto, lançava duras críticas ao corpo diplomático brasileiro:

O sr. Pacheco riscou o phosphoro das inconveniências da palavra mal pesada e o sr. Gurgel do Amaral encarregou-se de elevar as chamas em que ardeu o bom nome da diplomacia brasileira, que morreu com os bons tempos que lá foram [...] Deste modo, o ajuntamento da histórica cidade suissa não merece o sacrifício de expormos o nome do Brasil ás criticas provocadas pela diplomacia incipiente da rua Marechal Floriano ou pela palavrosidade incontida do homem a quem se entregou uma das mais importantes, se não a mais importante, das nossas embaixadas no estrangeiro.⁵⁰

⁴⁶ *Correio da Manhã*, 12 mar. 1926, p. 1.

⁴⁷ *Correio da Manhã*, 23 fev. 1926, p. 1.

⁴⁸ RODRIGUES; MIALHE. Op. cit., p. 5.

⁴⁹ *Correio da Manhã*, 11 mar. 1926, p. 4.

⁵⁰ *Correio da Manhã*, 09 mar. 1926, p. 4.

Na contramão disso, o jornal *O Paiz* enxergou o uso do recurso do veto como um ato de defesa dos direitos e da dignidade brasileira perante o mundo. Seguindo essa interpretação, deu ampla relevância para a notícia, dedicando, ao longo de vários dias – pelo menos nas dezessete edições seguintes – espaços de destaque e até mesmo páginas inteiras para textos com manchetes e subtítulos como: “Um momento de vibração nacional”; “A importância e a significação da attitude do Brasil”; “O Dr. Bernardes e o Sr. Felix Pacheco continuam a receber cumprimentos pela attitude do Brasil na Liga das Nações”; “As homenagens dos funcionarios do Itamaraty ao sr. presidente da Republica” e “Ao Palacio Rio Negro continuam a chegar demonstrações expressivas do entusiasmo popular pela attitude do Brasil na Liga das Nações”, repletas de telegramas recebidos pelo governo com saudações e congratulações pela attitude tomada.

Como o jornal sugere em dezenas de suas publicações, ao não permitir que acordos particulares, como os Acordos de Locarno, se tornassem mais fortes e importantes que a própria Liga das Nações, a attitude do Brasil estaria salvando os princípios fundamentais da universalidade e da igualdade jurídica entre os países, presentes no Pacto da Liga. Para *O Paiz*, portanto, a “attitude de resistencia” do Brasil não foi

[...] tomada apenas em defesa immediata de um alto e indiscutivel direito que nos assiste. Ella significou, pelo contrario e antes de tudo, a propria defesa da Sociedade internacional, ameaçada na sua existencia [...] pela preponderancia exclusiva dos pontos de vista europeus.⁵¹

Na mesma publicação, o jornal escreve:

Podemos e devemos estar satisfeitos com a directriz tomada pela nossa delegação em Genebra. Outra que houvesse sido, a nossa attitude representaria uma humilhação nacional que nos teria sido imposta pelo orgulho allemão, com o possivel beneplacito das grandes potencias, inclinadas naturalmente a considerar a Liga uma instituição precipuamente europeia e só m u i t o secundariamente mundial. A nossa transigencia significaria, por isso mesmo e em primeiro lugar, um lamentavel deserviço á propria Liga. [...] Se a Sociedade das Nações houver de sobreviver a essa crise suprema, necessario será que se estabeleça desde logo e preliminarmente o seu verdadeiro caracter internacional. Ou ella é apenas uma chancella dos actos da politica europeia, á maneira dos pactos de Locarno, e nesse caso, superflua se torna, ali, a presença dos paizes americanos; ou ella é, de facto como de direito, um verdadeiro expoente da sociedade dos povos, e nessa hypothese não cabem dentro do seu seio essas indefensaveis maquinações politicas que medem todas as attitudes pelos conveniencias estreitas do precario equilibrio europeu.⁵²

O Paiz lança também, em diversas publicações, críticas expressas à Alemanha e ao seu “antipathico e insustentavel capricho” de opor-se à reorganização do Conselho que, da mesma

⁵¹ *O Paiz*, 17 jun. 1926, p. 3.

⁵² *Ibidem*.

forma como Bernardes e Pacheco, o jornal interpretou como diretamente interessado em “sacrificar” as aspirações brasileiras. Nesse sentido, segundo o jornal, “nós, brasileiros, temos – neste momento – razões muito sérias de queixa da Allemanha [...] motivos para resentimento existem, e de sobra [...]”, pois

Não ha duvida que a Allemanha nos desconsiderou deliberadamente. Não ha duvida que a **sua velha raça belicosa**, não escarmentada pelo revés tremendo de 1918 e pelas severas vicissitudes que foi coagida a curtir, quiz dar agora, conforme em mais de um artigo fizemos notar, a prova de não estar aplacado o seu perigoso instinto de agressividade. E o Brasil, com direitos que ella absolutamente não possui a um posto permanente na Liga das Nações, foi sem demora escolhido para objecto da sua **insupportavel e incuravel furia inamistosa**, como a querer prevalecer-se na generosidade pacifista implicita no espirito dos pactos de Locarno **para um primeiro e fulminante ajuste de contas comnosco, pela nossa attitude durante a grande guerra.**⁵³

Incomodado com as perspectivas da imprensa de oposição, *O Paiz* critica ainda, em várias edições, a visão “pessimista” e “modesta” dos seus adversários com relação à atitude do veto brasileiro, buscando rebater os argumentos desses jornais:

A opposição de certos jornaes ao governo encontrou no “caso” da Liga das Nações excellente oportunidade para manifestar-se acerbamente. [...] É o Brasil o único paiz pobre e fraco que faz parte da Sociedade das Nações? [...] O facto de terem indistinctamente o direito do veto todas as nações representadas no Conselho da Liga não elimina praticamente a desigualdade de condição militar, politica e economica em detrimento dos paizes fracos e pobres que participam desse Conselho? [...] **Por que impatrioticamente exageramos a nossa pobreza, a nossa fraqueza?** [...] Vê-se, sem possibilidade de equivoco, que **os motivos sustentados contra a presença do Brasil na Liga das Nações não têm legitima procedencia, não significando mais do que uma bem lamentavel modalidade da nossa proverbial e systematica intolerancia opposicionista contra governos, o que, na presente emergencia, não tem justificação possível.** A maneira firme, esclarecida e intrepida como o governo Arthur Bernardes está defendendo o direito legitimissimo que o Brasil tem a uma posição de saliencia na civilização da terra deveria desarmar, momentaneamente embora, **a má vontade da opposição.** O posto prestigioso que alcançarmos e consolidarmos na Liga importará numa irradiação tamanha do nosso nome entre os povos, que até a fraqueza e a pobreza do paiz talvez não tirem mais o somno e o socego aos nossos **patriotas do nacionalismo excludente e “isolamentista”**... Não tenhamos delírios de vaidade; muito bem; mas o extremo opposto, o **amesquinhamento pessimista e derrotista, isso não é admissivel, é inaceitavel, é intoleravel** [...]⁵⁴

Dirigindo-se exclusivamente ao jornal oposicionista *Correio da Manhã* e acusando-o de receber dinheiro em troca das suas publicações, em outra edição, *O Paiz* afirma:

Ali está nitido, traçado forte a nankim e vermelhão, o perfil desse jornal que ha vinte annos vem enlameando a imprensa brasileira com os seus processos de infamia e de despudor. Ali se vê, claramente visto, o cynismo de uma folha em cujo balcão se mercadeja, a troco de uns azinhavrados cobres, a honra das familias, a reputação de

⁵³ *O Paiz*, 15 e 16 jun. 1926, p. 3, grifo nosso.

⁵⁴ *O Paiz*, 13 mar. 1926, p. 3, grifo nosso.

homens serios, a dignidade do Brasil. É sacudir ao focinho do vendilhão um sacco de moedas e o teremos disposto á pratica de todas as repugnancias [...]”⁵⁵

E chega, até mesmo, a sugerir soluções violentas para calar adversário:

[...] o *Correio da Manhã* arranja, urde, tece, trama uma série de perfidias tão insolentes, tão miseráveis, tão contrarias á verdade, tão infames contra toda a honra do Brasil que jamais se acreditaria pudessem ser traçadas pela penna de qualquer jornalista brasileiro, ainda que fosse um venal. [...] ah ! isso não ! isso não é caso de cadeia. **É caso de empastelamento e de surra de páo.** Cynismo assim tão escarrado, nos saudosos tempos de Feijó e de Floriano, não teria outro correctivo.⁵⁶

No Conselho da Liga, enquanto isso, diante da ameaça brasileira, o britânico Austen Chamberlain entregou a Régis de Oliveira – embaixador do Brasil em Londres e um dos representantes do Brasil na assembleia – um memorando que expunha o ponto de vista britânico, isto é, os efeitos negativos que adviriam da atitude do veto, que prejudicaria tanto a política internacional europeia como, principalmente, o próprio Brasil, devido à condenação universal que se sucederia. Chamberlain lembrou ainda que as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha ficariam prejudicadas e que ao Brasil, após assumir esse odioso papel, restaria apenas afastar-se da Liga, o que representaria um “suicídio em sua vida internacional”.⁵⁷

As opiniões da delegação brasileira, na realidade, bem como as da imprensa, estavam divididas com relação à atitude a ser tomada pelo Brasil. Havia os que acreditavam que o Brasil deveria vetar o ingresso alemão a todo custo, a título de honra, caso a ele não fosse também concedido um assento permanente; e havia os que afirmavam que o Brasil jamais deveria chegar ao extremo do veto. Arthur Bernardes pertencia à primeira corrente e, mesmo após tentativas frustradas de Melo Franco para flexibilizar a opinião do presidente, Bernardes continuou irredutível em sua decisão, argumentando que a opinião pública brasileira já tratava o assunto como questão de “dignidade nacional” e, por esse motivo, a conduta a ser seguida não poderia ser outra.

No dia 17 de março, na última sessão plenária da assembleia, Melo Franco declarou que o governo brasileiro não havia reconsiderado sua posição. Apesar de ter aplaudido as disposições dos Acordos de Locarno, o Brasil acreditava que os tratados é que deveriam ser inseridos na Liga das Nações, e não a Liga ser submetida ao que se construiu em Locarno. Desse modo, a assembleia extraordinária chegava ao fim sem ter aprovado a deliberação para qual havia sido convocada, tendo a admissão da Alemanha, por fim, sido adiada para a

⁵⁵ *O Paiz*, 19 mar. 1926, p. 2.

⁵⁶ *Ibidem*, grifo nosso.

⁵⁷ LIRA, Heitor. *Minha vida diplomática*. Brasília: Ed. UnB, 1981. V.2, p.126-128 apud GARCIA, 2000, p. 103.

assembleia do mês de setembro. A justificativa brasileira para tanto, servindo como uma forma de sermão às grandes potências do Conselho, acha-se bem ilustrada na publicação do jornal *O Paiz*:

Teve, pois, a crise actual o merito incontestavel de mostrar aos estadistas da Europa os perigos inherentes á obstinação de prender os destinos do mundo a combinações parciais como os pactos de Locarno. Esses pactos foram, sem duvida, de summa importancia para a solução das questões pendentes com a assignatura do tratado de Versalhes. Mas o Brasil – é preciso que se note – sendo membro fundador da Liga e tendo sempre occupado no seu Conselho uma cadeira temporaria, para a qual vem sendo successivamente reeleito, o Brasil, repetimos, potencia americana, não poderia evidentemente condicionar os seus legitimos direitos aos conciabulos de Locarno. Locarno foi uma esphera menor que se ia inscrever dentro da esphera maior, que é a Liga. E era, na verdade, o cumulo de todos os absurdos o pretender-se, á ultima hora, que todos os interesses universaes da Liga houvessem de ficar na dependencia do que foi ou não foi combinado em Locarno.⁵⁸

Embora o veto brasileiro em nada tenha afetado a relação entre Brasil e Alemanha, entendido por ambos os governos como uma questão de princípios e de diferenças entre pontos de vista, a posição brasileira foi amplamente criticada pelos demais membros da organização. Na Europa, a opinião pública condenou a atitude brasileira e a sua “ambição nacional desmedida”, que resultou no fracasso da assembleia extraordinária. Os demais países latino-americanos também explicitaram suas posições contrárias ao veto, ficando o Brasil em completo isolamento. Críticas foram feitas a Artur Bernardes, Félix Pacheco e Melo Franco, acusando-os como “desmancha prazeres das grandes potências”.⁵⁹

A respeito dessas condenações internacionais, no entanto, Afonso Arinos de Melo Franco, a partir de outra perspectiva, recorda que

[...]mesmo aqueles (países) que, no fundo, não desejavam sinceramente o convívio dos outros – caso da França com a Alemanha, ou da Alemanha com a Polônia – fingiam-se decepcionados e lançavam, hipocritamente, todo o peso da responsabilidade sobre o Brasil.⁶⁰

Dessa forma, como aponta Norma Breda dos Santos,

Concentrar-se exclusivamente na diplomacia brasileira resulta em uma interpretação equivocada e que tem se resumido à expressão de um “fiasco” brasileiro. **Trata-se, na verdade, de um fiasco mais amplo, que tem a ver com a tentativa frustrada de criar, no período pós-Versalhes, uma nova ordem internacional [...]** A Liga das Nações foi a expressão por excelência dessa tentativa e de seu insucesso.⁶¹

⁵⁸ *O Paiz*, 17 jun. 1926, p. 3.

⁵⁹ GARCIA, 2000. Op. cit., p. 112.

⁶⁰ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1955, v. 3, p. 1170. apud SANTOS. Op. cit., p. 102.

⁶¹ SANTOS. Op. cit., p. 106, grifo nosso.

Compreende-se, portanto, que a historiografia sobre a participação brasileira na Liga das Nações, em sua maioria, concentrou-se nas aspirações e nas atitudes tomadas pelo governo e pela chancelaria brasileira para explicar a crise de 1926 e a frustração do objetivo da Alemanha, monopolizando, em maior ou menor grau, a responsabilidade brasileira nos acontecimentos daquele ano. No entanto, alguns historiadores brasileiros, como José Carlos de Macedo Soares, Afonso Arinos de Melo Franco, Heitor Lira e, mais recentemente, Norma Breda dos Santos,⁶² a partir da análise de outras fontes – como documentos diplomáticos estrangeiros e a documentação encontrada no Arquivo da Liga das Nações, em Genebra – apontam para a perspectiva de que, na realidade, não se teria chegado exatamente a um acordo entre as potências locarnistas e que, como sugere Eugenio Vargas Garcia, “o veto brasileiro de 17 de março teria servido para salvar as aparências e esconder da opinião pública a verdadeira causa do malogro da Assembléia, ou seja, as rivalidades e os desentendimentos de bastidores entre as diplomacias europeias”.⁶³

Nesse sentido, para uma compreensão mais ampla a respeito da crise de 1926 e do adiamento do ingresso da Alemanha na Liga das Nações, faz-se necessário, como aponta Santos, inserir a diplomacia de Melo Franco, Félix Pacheco e Arthur Bernardes dentro do contexto internacional, considerando as condições do cenário externo, as relações e rivalidades entre as potências europeias e também os problemas institucionais que a própria Liga das Nações apresentava.

⁶² Ricardo Seitenfus, Francisco Luiz Teixeira Vinhosa e Rui Pinheiro de Vasconcellos também são exemplos de historiadores que, durante a década de 1990, fugiram dessa visão simplificada.

⁶³ GARCIA, 2000. Op. cit., p. 113.

3 O BRASIL RETIRA-SE DA LIGA

Com o objetivo de evitar a repetição da crise de março na assembleia agendada para setembro, criou-se uma Comissão Encarregada de Estudar a Composição do Conselho, reunida pela primeira vez em 10 de maio de 1926. Na última sessão da comissão foi aprovado o projeto do representante britânico Robert Cecil, que buscava regulamentar a questão dos membros temporários, projeto que, para o jornal *O Paiz*, não satisfazia “as justas pretensões Brasil”.⁶⁴ A cada decisão tomada pela Liga, Arthur Bernardes e Félix Pacheco fortaleciam sua impressão de que as grandes potências europeias estariam dispostas, a qualquer custo, a prejudicar o Brasil na organização.

Aproximando-se da 40ª Assembleia, cresciam os rumores de que o Brasil renunciaria ao assento temporário que ocupava há sete anos no Conselho Executivo da Liga das Nações. A imprensa carioca de oposição recebeu satisfeita a notícia do possível afastamento brasileiro. O jornal *Correio da Manhã* comemora: “O gesto do Itamaraty chegou tarde, mas chegou. Deveríamos ter saído da Liga depois de março, quando os europeus tudo procuravam fazer para nos humilhar [...] Mas afinal, nunca é tarde para acertar. Neste caso, só desejamos que a notícia se confirme”.⁶⁵

As opiniões dos dirigentes brasileiros, no entanto, entravam em choque. De um lado, Melo Franco argumentava que o governo não compreendia bem a situação em Genebra; de outro, Bernardes e Pacheco acreditavam que Melo Franco, por sua longa ausência do país, não conseguia mensurar os movimentos da opinião pública brasileira, que primava pela retirada do Brasil da organização. Como aponta Norma Breda dos Santos,

as tarefas difíceis são deixadas quase que exclusivamente aos diplomatas brasileiros no exterior, o que certamente contribui para que Pacheco e Bernardes tenham uma visão extremamente superficial dos acontecimentos, sendo movidos pelo sentimento de orgulho nacional e pelas repercussões que o assunto poderia ter no país.⁶⁶

Melo Franco ficou encarregado de realizar a leitura de uma exposição de motivos do governo brasileiro para sua retirada, que continha duras críticas à Liga. Entretanto, negando-se a realizar a leitura do documento, o representante do Brasil apenas o entregou pessoalmente ao secretariado da Liga na data da última sessão da assembleia. Desse modo, na reunião do

⁶⁴ *O Paiz*, 04 jun. 1926, p. 8.

⁶⁵ *Correio da Manhã*, 30 jun. 1926, p. 4.

⁶⁶ SANTOS, Op. cit., p. 97.

Conselho do dia 10 de junho de 1926, o Brasil comunicava oficialmente sua renúncia ao assento temporário que ocupava naquele órgão.

Quarenta e oito horas mais tarde, o ministro Félix Pacheco telegrafou diretamente ao secretário-geral da Liga, Eric Drummond, notificando que, além de renunciar ao assento que ocupava há sete anos no Conselho Executivo, o Brasil também se retirava da lista dos países membros da Liga das Nações. Como justificativa oficial, o governo brasileiro argumentou que a organização havia se “desviado de sua função universal para ser o instrumento subordinado de um grupo regional de países”.⁶⁷

Nos dias seguintes ao comunicado brasileiro, a imprensa carioca noticiou a atitude do Brasil de formas diferentes. Enquanto o jornal de oposição *Correio da Manhã* deu amplo destaque, nos dias 11 e 12 de junho, à decisão brasileira de “abandonar” a Liga das Nações, *O Paiz* preferiu reservar suas “primeiras páginas” a outros assuntos da política interna, dando pouca ou nenhuma atenção à retirada brasileira. As imagens apresentadas nas próximas páginas (figuras 1, 2, 3, e 4) ilustram as capas de ambos os periódicos, nas datas de 11 e 12 de junho de 1926, cujos textos que se referem à Liga foram destacados em vermelho, a fim de facilitar a comparação entre os espaços reservados por cada um dos periódicos à notícia.

O *Correio da Manhã*, entusiasmado e satisfeito com a confirmação da retirada brasileira – notícia pela qual há muito tempo esperava – reservou espaço e fontes de destaque para divulgá-la, com manchetes como: “Está decidido que o Brasil abandonará definitivamente a Liga das Nações” e “O Brasil deu hontem o primeiro passo para abandonar a Liga das Nações”. Na capa do dia 11 (figura 1), o periódico apresenta as oposições de países como a Itália a respeito da reorganização do Conselho e cita a exigência do sistema rotatório entre os membros não permanentes, questões que prejudicariam as aspirações do Brasil e dificultariam, inclusive, sua permanência como membro temporário.

No mesmo texto, o jornal expõe ainda a rejeição do Conselho em relação à renúncia imediata do Brasil ao seu assento, que deveria, segundo o Conselho, permanecer como membro temporário até a assembleia de setembro. Austen Chamberlain, segundo o *Correio da Manhã*, “lamentou que alguns países interpretassem o facto de não poder a Liga dar-lhes logares permanentes no Conselho, como significando que estão collocados em segundo plano entre os povos”, criticando, de certo modo, a atitude brasileira. Por outro lado, o jornal demonstra o pesar dos representantes das demais nações após o anúncio da retirada brasileira.

⁶⁷ GARCIA, 2000. Op. cit., p. 126.

Figura 1 - Capa do jornal *Correio da Manhã*, no dia 11 de junho.



Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9.627, 11 jun. 1926. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=%22Liga%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%22&pagfis=25963. Acesso em: 14 set. 2020.

Na capa do dia 12 (figura 2), o *Correio da Manhã* legitima a reivindicação do Brasil por um assento permanente para o continente americano e divulga a decisão do adiamento da reorganização do Conselho para setembro.

Figura 2 - Capa do jornal *Correio da Manhã*, no dia 12 de junho.



Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9.628, 12 jun. 1926. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&Pesq=%22Liga%20das%20Na%20c3%a7%20c3%b5es%22&pagfis=25977. Acesso em: 14 set. 2020.

No dia 10, anteriormente a isso, publicou texto que servia como um grande “eu avisei” aos que haviam insistido no engajamento brasileiro junto ao Conselho da Liga, pois, para o jornal: “os acontecimentos que ora se desenrolam em Genebra vêm assinalar a victoria do ponto de vista em que nos collocámos desde o momento em que o Itamaraty se tomou da mania de levar a sério a Liga das Nações”.⁶⁸ Percebendo a mudança do ponto de vista do governo em relação ao instituto de Genebra, o jornal aproveitava para reafirmar sua razão: “Proclama-se agora, como proclamávamos desde o começo, a necessidade do nosso afastamento da sociedade genebrense”, mas demonstra-se feliz pela decisão, que, mais uma vez, reforça: “só pecca por ser tarda”.

⁶⁸ *Correio da Manhã*, 10 jun. 1926. p. 4.

O jornal *O Paiz*, em contrapartida, como sempre apoiou a representação brasileira na Liga, não pôs a notícia em tanta evidência. Na capa do dia 11 (figura 3), dá destaque a temas da política interna, como o aniversário de 61 anos da Batalha do Riachuelo, ocorrida durante a Guerra do Paraguai, e o reconhecimento dos próximos presidente e vice-presidente da República, Washington Luis e Mello Vianna, pelo Congresso. O único texto em que Liga das Nações é citada na capa da edição, no canto esquerdo da página, tem como título uma pergunta retórica, assumindo agora um tom de crítica: “A Sociedade das Nações sobre uma base continental economica possibilitará a paz duradoura?”. Esse texto, com continuidade na página número 4, apresenta ideias extraídas de um artigo publicado pelo secretário geral do Instituto Americano Internacional, Alexandre Alvarez, que lança inúmeras críticas à Liga e aos artigos do Pacto. Segundo o jornal, “as idéas ahi (no artigo de Alvarez) emittidas e a critica que realiza do pacto fundamental dessa instituição merecem cuidadosa leitura e a mais acurada meditação[...]”.⁶⁹

⁶⁹ *O Paiz*, 11 jun. 1926, p. 1.

Figura 3 - Capa do jornal *O Paiz*, no dia 11 de junho.



Fonte: *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 15.209, 11 jun. 1926. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&Pesq=%22Liga%20das%20Na%20c3%a7%20c3%b5es%22&pagfis=25605. Acesso em: 16 set. 2020.

Na quarta página da mesma edição, o jornal governista publica o texto completo escrito pelo governo brasileiro com a exposição dos motivos pelos quais o Brasil estava renunciando ao seu assento temporário no Conselho e retirando-se da organização.⁷⁰ Desse modo, *O Paiz* deixava espaço para as justificativas do governo e para a impressão criada pelo texto de que o Brasil tudo havia feito na tentativa de salvar os ideais iniciais da Liga, saindo como um herói injustiçado da organização que agora estaria fadada ao fracasso.

Na capa da edição do dia 12 (figura 4), *O Paiz* volta a falar sobre a Guerra do Paraguai e assuntos como cinema e turismo, sem fazer nenhuma alusão ao episódio da retirada brasileira.

⁷⁰ Ibidem, p. 4.

Figura 4 - Capa do jornal *O Paiz*, no dia 12 de junho.



Fonte: *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 15.210, 12 jun. 1926. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&Pesq=%22Liga%20das%20Na%20c3%a7%20c3%b5es%22&pagfis=25617. Acesso em: 16 set. 2020.

À terceira página, porém, *O Paiz* reconhece, decepcionado: “Mostram os últimos acontecimentos que estivemos, por muito tempo, illudidos com a Sociedade Internacional”.⁷¹ Ao frustrar-se com a Liga das Nações, considerando injusto o tratamento dispensado ao Brasil, o periódico passa a legitimar a retirada brasileira, pois considera que

Verificado o impasse, nenhuma consciencia verdadeiramente brasileira seria capaz de aconselhar que o nosso paiz se dobrasse á humilhação que nos tentava inflingir, tratados nós como hospedes tolerados ou indesejaveis da Liga, e a Allemanha como esteio dessa instituição, que não deve ser de competições e de guerras, mas de paz e fraternidade entre as nações.⁷²

⁷¹ *O Paiz*, 12 jun. 1926, p. 3.

⁷² *Ibidem*.

Na mesma publicação, lança duras críticas à Liga, deixando clara a sua decepção com o instituto, que teria, segundo o jornal, alterado regras e desrespeitado os próprios estatutos a fim de manipular a permissão do ingresso alemão e negar as promoções do Brasil e da Espanha. Com relação à representação brasileira na Liga, no entanto, o jornal somente publica elogios e agradecimentos, afirmando que o Brasil fez valer os seus direitos na reunião extraordinária do mês de março, ao vetar o ingresso alemão, evitando, assim, que os brasileiros fossem “humilhados perante o mundo” e, por isso, segundo *O Paiz*:

O Brasil inteiro aplaude a resolução serena e nobre do governo, e o mundo inteiro nos ha de fazer justiça. [...] Depois do que acaba de succeder, o Brasil respira desopresso, certo de que o seu governo soube com criterio e serenidade zelar sua dignidade nacional.⁷³

O *Correio da Manhã* concorda, citando as palavras do deputado Plinio Casado, que a atitude tomada pelo governo de renunciar ao assento temporário e retirar-se da Liga teve a aprovação de todo o país.⁷⁴ Por outro lado, no que se refere à diplomacia brasileira, o jornalpositor continua a lançar inúmeras e pesadas críticas. Para o *Correio da Manhã*, a culpa pelos “danos” causados à boa imagem brasileira deve ser atribuída ao ministro das Relações Exteriores, Felix Pacheco, e a sua necessidade de autopromover-se no cenário internacional. Como sugere o periódico, “a teima do governo brasileiro em fincar o pé na Liga das Nações vem dahi, da necessidade de corôar, com soberbos louros, a sua passagem pelo Itamaraty. Essa é a verdade”.⁷⁵ Na mesma publicação, deixa ainda um recado para o ministro, aconselhando-o que

Esqueça a ambição de ser um grande chanceler; em sua esplendida residência de Copacabana, mesmo sem a corôa de louros, poderá viver com conforto. Renuncie aos grandes empreendimentos internacionais, que estão muito acima das suas possibilidades intellectuaes [...]

Em contraposição a isso, *O Paiz*, na edição dos dias 21 e 22 de junho, apresenta diversos telegramas recebidos por Felix Pacheco, enviados por diferentes personalidades, instituições e municípios, repletos de elogios e congratulações aos “êxitos” do presidente e de seu corpo diplomático no plano internacional.⁷⁶ Como exemplo:

Da Diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro: “[...] tem a honra de apresentar a V. Ex. felicitações pela patriotica attitude do governo perante a Liga das Nações,

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ *Correio da Manhã*, 16 jun. 1926, p. 1.

⁷⁵ *Correio da Manhã*, 05 mar. 1926, p. 4.

⁷⁶ *O Paiz*, 21 e 22 jun. 1926, p. 6.

reivindicando os direitos do Brasil em face do mundo. Attenciosas saudações. – Araujo Franco, presidente. – Murtinho Nobre, 1º secretario”.

Do Instituto Histórico e Geográfico de Vitória:

O Instituto Historico e Geographico [...] em sessão solemne, [...] abordou a questão da nossa representação na Liga das Nações, referindo-se aos trabalhos altamente patrioticos de V. Ex. pelo que propoz fosse telegraphado ao Sr. Presidente da Republica, a V. Ex. e ao Dr. Mello Franco pela brilhante attitude assumida pelo Brasil naquella instituição, demonstrando o civismo, a altivez e a dignidade do governo do Brasil. Pediu que a assembleia ficasse de pé, levantando-se todos, ovacionando os nomes dos tres grandes servidores do paiz no grande momento historico que atravessamos. O Instituto Historico tem a honra de transmittir a V. Ex. o presente resumo, significando a sua estreita solidariedade com o governo. – Carlos Xavier, presidente. – Adolpho Fraga, 1º secretario. – Heraclito Pereira, 2º secretario.

Do Comité Pró Libertação dos Árabes, de Curitiba:

O Comité pró libertação dos Arabes felicita vivamente a V. Ex. pelo nobre gesto de altivez e independencia intimando, em nome do Brasil, a Liga das Nações, com a sua desistencia de participação dos trabalhos de uma sociedade destituída dos principios do direito de igualdade. (a) – Taufik Kurban, presidente.

Da British American School:

Tenho a honra de communicar a V. Ex. que enviei ao Sr. presidente da Republica o seguinte telegramma, fazendo extensivos á acção patriotica de V. Ex. os conceitos nelle contidos: “Directores, corpo docente e alumnos do British American School, perante a inqualificavel conducta da Liga das Nações, cujos membros esquecem que no momento da terrivel provação da grande guerra o Brasil foi a unica nação do continente sul-americano que com o peso dos seus trinta e cinco milhões de habitantes e dos seus inexauriveis recursos se poz ao lado dos Estados que constituem a grande maioria da Liga, enviam o mais caloroso applauso á acção energica, briosa e digna de V. Ex. e, á sombra da gloriosa bandeira brasileira, têm a honra de manifestar a V. Ex. os sentimentos da mais estreita solidariedade. (a) – Ricardo Ligonto, director.”

Telegramas vindos de fora do Brasil, como o de Bandeira de Mello, de Genebra: “Congratulo-me com V. Ex. pelo brilhante successo diplomatico de agora, fortalecendo a posição internacional do Brasil”; Guerra Duval, de Berlim: “Peço venia para congratularme com V. Ex. pelas ultimas decisões que conheço pelos jornaes e definem de vez a nossa attitude idealista, perante a Liga das Nações”. E várias da capital federal, como do político Carlos Leite Ribeiro:

Enderecei ao Dr. Arthur Bernardes o seguinte telegramma: “Em editorial publicado na “Gazeta dos Tribunaes”, de 20 de março ultimo, prevendo a hypotese do Brasil renunciar ao logar de membro não permanente do Conselho da Liga das Nações, almejei o fizesse com absoluta dignidade e altivez, vivas e seguras demonstrações de brio, e o povo brasileiro se quizer praticar dignificante acto de justiça terá de reconhecer e proclamar que outros não foram os moldes do acto que acaba de praticar o honrado governo de V. Ex. Queira V. Ex. aceitar os meus cumprimentos de

brasileiro que muito se orgulha do seu patriotismo, jamais prostituído por qualquer espécie de paixão ou interesse”.

Vendo frustrado o objetivo que se propôs a alcançar na Liga, o governo Bernardes encontrou a alternativa confortável de seguir o comportamento norte-americano de não-envolvimento na política europeia. Bernardes comunicou ao embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Edwin V. Morgan, que “o Brasil planejava incrementar ainda mais suas relações com as Repúblicas americanas e especialmente com os Estados Unidos, dissociando-se dos assuntos europeus, com os quais não tinha ‘nenhum vínculo natural’”.⁷⁷ O afastamento brasileiro da Liga, nesse sentido, representou uma opção pelo pan-americanismo isolacionista – a exemplo dos Estados Unidos no pós-guerra – em contraposição à opção outrora escolhida de engajamento no multilateralismo europeu.

Apesar do desejo brasileiro de desligar-se imediatamente da Liga das Nações, o artigo 1º do Pacto previa uma notificação como aviso prévio para a retirada de um Estado-membro, a ser confirmada em definitivo no prazo de dois anos. Havia expectativa de que, após afastado Arthur Bernardes do poder e apaziguados os rancores de 1926, o Brasil reconsideraria sua atitude e retornaria ao seio da Liga das Nações. Em março de 1928, nesse sentido, o Conselho da Liga formulou um apelo ao Brasil e à Espanha – que também havia notificado seu desligamento em setembro de 1926 – como um convite formal aos dois países para que reconsiderassem suas decisões e continuassem como Estados-membros da Liga.

A Espanha aceitou o convite. O Brasil, no entanto, optou por manter a decisão tomada dois anos antes, pois a Liga vinha perdendo prestígio, principalmente desde a crise de 1926, e retornar ao seu seio talvez não trouxesse vantagens compensadoras ao Brasil, além de colocar em risco a política de aproximação com os Estados Unidos. A saída do Brasil da Liga das Nações, portanto, somente foi oficializada em termos legais no dia 12 de junho de 1928.

Mesmo afastando-se da Liga, o governo brasileiro buscou demonstrar que sua retirada não representava nenhum tipo de hostilidade àquela organização internacional e que, pelo contrário, o Brasil continuaria a participar das conferências internacionais e dos trabalhos promovidos pela Liga quando fosse convidado e quando julgasse conveniente, assumindo posição de não engajamento, mas de cooperação amistosa em suas áreas de interesse.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 129.

3.1 Em resumo: as posições dos jornais

O jornal *Correio da Manhã*, desde a assinatura do Tratado de Versalhes, a criação da Liga das Nações e o ingresso brasileiro no Conselho, como visto, buscou manifestar a sua desaprovação em relação aos desmandos da chancelaria brasileira e à própria participação do Brasil na sociedade internacional, reclamando sua retirada. Nesse sentido, uma importante parcela dos textos publicados pelo jornal ao longo de todo o período da presença brasileira na Liga estava carregada de críticas à política externa no geral, como também de críticas específicas, endereçadas diretamente às pessoas do presidente Bernardes, do ministro Pacheco e/ou de Melo Franco, principal representante brasileiro na Liga.

A partir da crise de março de 1926 e do momento em que o Brasil tem seu desejo de receber um assento permanente negado, motivo pelo qual opta por vetar a entrada da Alemanha no Conselho, nota-se que o *Correio da Manhã* intensifica sua reivindicação pela retirada brasileira. O que o periódico manifesta, a partir de suas publicações, é que entende como legítima a aspiração por um assento permanente para o continente americano dentro do Conselho. O que condena, no entanto, é o caminho pelo qual a delegação brasileira optou para vingar sua frustração, recorrendo ao recurso do veto e promovendo, desse modo, a queda dos Acordos de Locarno.

Como forma de manifestar sua revolta e convencer a opinião pública, o jornal passa a publicar textos com críticas negativas feitas pelos demais países membros da Liga e por jornais estrangeiros acerca da atitude brasileira, a fim de demonstrar, primeiramente, a debilidade e a incompetência dos representantes do Brasil, devido ao episódio do veto; mas, ao mesmo tempo, a humilhação que o Brasil vinha sofrendo dentro do Conselho, por ter sido negado o seu pedido e, assim, não ter sua importância internacional reconhecida por parte das grandes potências. Por esse motivo, para o *Correio da Manhã*, a retirada brasileira da Liga das Nações – organização na qual jamais deveria ter ingressado – a partir daquele momento, passava a ser uma questão ainda mais urgente e fundamental, a fim de evitar maiores prejuízos à imagem do Brasil no exterior.

O jornal *O Paiz*, em contrapartida, por ter como característica o apoio às causas governamentais, desde o início legitimou e prestou apoio à participação e às estratégias do Brasil na Liga das Nações. Para isso, sempre que possível, procurou divulgar os comentários positivos feitos por representantes de outros países e pela imprensa internacional sobre o trabalho dos diplomatas brasileiros e, principalmente, sobre o peso e a relevância internacional

do Brasil no estrangeiro. Na maior parte das publicações, como visto, encontram-se também congratulações e elogios feitos pelo próprio jornal ao presidente e seu corpo diplomático, parabenizando-os e agradecendo-os pelo excelente trabalho prestado na representação do Brasil na Liga das Nações.

Com relação à crise de 1926 e ao episódio do veto, a conduta do jornal *O Paiz* não foi diferente. A partir do uso de grandes manchetes e telegramas vindos de diversas partes do Brasil e do Mundo, *O Paiz* não apenas legitimou a atitude tomada pelo governo no Conselho, como também interpretou e publicou o fato como uma grande vitória nacional, através da qual o Brasil teria feito valer os seus direitos e, mais do que tudo, tentado salvar os princípios fundamentais da Liga das Nações.

O Brasil, contudo, desde a crise de 1926, sem perspectivas do recebimento de um assento permanente na assembleia agendada para setembro, sentia-se decepcionado com o fato das decisões da Liga terem sido tomadas com base nos Acordos de Locarno e não ao contrário. Dessa forma, sentindo-se injustiçado e traído pelas demais nações do Conselho, o governo brasileiro convenceu-se de que a melhor solução seria, de fato, anunciar a sua renúncia ao assento temporário e sua retirada da Liga das Nações, desistindo das suas aspirações por um lugar permanente no Conselho.

Assim, como forma de justificar o seu fracasso na Liga, o governo acabou por endossar o discurso da imprensa oposicionista,⁷⁸ modificando o seu ponto de vista com relação a Liga das Nações e o lugar do Brasil naquele órgão. Alguns jornais de oposição, como *O Jornal*, chegaram a acusar abertamente o presidente Arthur Bernardes por empurrar duas versões sobre a Liga à opinião pública nacional: “ontem um agrupamento de idealistas, defensores da paz, e agora um instrumento do imperialismo e dos interesses exclusivos da Europa”.⁷⁹ *O Correio da Manhã*, como já visto, apesar de deixar claro que isso não significaria nenhum tipo de apoio ao governo,⁸⁰ aplaudiu o gesto da retirada brasileira.⁸¹

O jornal *O Paiz*, por sua vez, acompanhando as decisões governamentais e acompanhando, inclusive, essa mudança de perspectiva com relação à significação da Liga das Nações, também precisou mudar o rumo das suas publicações e convencer-se da necessidade da retirada brasileira da sociedade internacional, passando a lançar duras críticas à Liga e à suposta injustiça cometida pelo Conselho para com o Brasil. Finalmente, o presidente

⁷⁸ GARCIA, 2000. Op. cit., p. 127.

⁷⁹ *O Jornal*, 17 jun. 1926, p. 1.

⁸⁰ *Correio da Manhã*, 19 maio 1926.

⁸¹ GARCIA, 2000. Op. cit., p. 128.

Bernardes havia conseguido um consenso interno a respeito de um tema específico da política externa: retirar-se da Liga das Nações,⁸² satisfazendo assim, ainda que tardiamente, as reivindicações da imprensa oposicionista.

⁸² Ibidem.

CONCLUSÃO

Na imprensa, como aponta Adelar Heinsfeld,

a apresentação das informações não é uma mera repetição de ocorrências e de registros, dada aleatoriamente, mas ao contrário, denota as atitudes próprias de cada veículo de informação, uma vez que todo órgão de imprensa organiza as informações sobre os acontecimentos segundo seu próprio “filtro”.⁸³

Assim, a imprensa “contribui para a formação de uma visão sobre uma suposta realidade, bem como na construção de uma visão de mundo para seus leitores”.⁸⁴ Através do poder de convencimento da opinião pública, segundo Marialva Barbosa, “o jornal é capaz de derrubar ministros, promover campanhas, influenciar as elites e disseminar conceitos e formas de pensar entre o restante da população”.⁸⁵ Não foi diferente, portanto, com relação à participação do Brasil na Liga das Nações.

O governo de Arthur Bernardes adotou a defesa do assento permanente no Conselho da Liga como forma de, através de um objetivo comum na política externa, manter a ordem e a coesão internas. No entanto, a falta de adesão popular à questão impediu a obtenção de resultados concretos. O maior grau de comoção nacional em torno da pauta, como destacou Eugênio Vargas Garcia, ocorre em certa medida relacionado à saída do Brasil da Liga das Nações, considerada uma questão de “orgulho nacional”.⁸⁶ *O Paiz* e *Correio da Manhã*, que na maior parte do tempo atuaram com opiniões completamente contrárias no que se refere à presença do Brasil na Liga, passam a coincidir nesse momento.

O *Correio da Manhã* reforça ainda mais a posição assumida desde o princípio, intensificando as críticas, os protestos e as expectativas pela retirada do Brasil. Já *O Paiz*, como jornal de situação, vê-se obrigado a mudar a direção dos seus argumentos, a partir da alteração do discurso e da conduta do governo brasileiro em relação à Liga. Assim, ambos os jornais – representando as imprensas de oposição e de situação – passam a defender uma mesma ideia frente a opinião pública nacional, fazendo pressão sob as decisões do governo.

O representante brasileiro na Liga, Afrânio de Melo Franco, há tempos distante do território nacional, devido à sua missão de representação brasileira na Liga, seguia uma

⁸³ HEINSFELD. Op. cit., p. 11.

⁸⁴ Ibidem, p. 14.

⁸⁵ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.154. apud HEINSFELD. Op. cit., p. 18.

⁸⁶ GARCIA, Eugênio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n. 1, jan./jun. 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335893429_A_candidatura_do_Brasil_a_um_assento_permanente_no_Conselho_da_Liga_das_Nacoes. Acesso em: 28 jul. 2021.

orientação baseada na imagem do Brasil no exterior, a partir das opiniões e dos comentários das delegações dos demais países e da atmosfera das discussões dentro da Liga das Nações. O presidente Bernardes e ministro Pacheco, pelo contrário, distantes de Genebra e necessitando de apoio popular ao governo, apoiavam-se, sobretudo, no que dizia a opinião pública. Nesse sentido, sendo esses últimos os responsáveis pelas “palavras finais” com relação às condutas seguidas pelo Brasil, compreende-se a importância da opinião pública e, conseqüentemente, dos grandes formadores de opinião ao longo desse momento.

A análise realizada permite sugerir, portanto, a atuação da imprensa carioca – representada nessa pesquisa pelos periódicos *O Paiz* e *Correio da Manhã* – como um importante grupo de pressão sob as orientações e condutas seguidas pelo governo brasileiro em relação à participação e, principalmente, ao processo de retirada do Brasil na Liga das Nações. Uma conclusão mais ampla e precisa a respeito do papel da imprensa nesses processos deverá ser alcançada através de uma pesquisa mais aprofundada, realizada a partir da análise de uma maior diversidade de periódicos e fontes.

FONTES

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1920-1926. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=%22Liga%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%22&pagfis=21.

O Paiz, Rio de Janeiro, 1920-1926. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Liga%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%22&pagfis=1.

O Imparcial, Rio de Janeiro, 03 maio 1920. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_01&Pesq=sociedade%20das%20na%20%c3%a7%c3%b5es&pagfis=23701.

O Jornal, Rio de Janeiro, 17 jun. 1926. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=26152.

REFERÊNCIAS

- BARACUHY, Braz. *A Crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira*. Contexto Internacional, v. 28, n. 2, p. 355-297, jul./dez. 2006.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de João Ferreira (Coord.). Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%20de%20pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.
- BRASIL, Bruno. *Correio da Manhã*. Biblioteca Nacional Digital, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- BRASIL, Bruno. *O Paiz*. Biblioteca Nacional Digital, 02 abr. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- BURNS, E. Bradford. *Relações Internacionais do Brasil durante a primeira República*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 2. São Paulo: Difel, 1978. p. 375-400.
- CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1959.
- CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. Disponível em: <file:///C:/Users/carol/Downloads/2221-4464-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- DIEPPE, Carla Ferreira. *A censura da notícia no final da Primeira República*. Anagrama, [S. l.], v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/141635>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 387-416. (O Brasil Republicano, 1).
- GARCIA, Eugênio Vargas. *A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n. 1, jan./jun. 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335893429_A_candidatura_do_Brasil_a_um_assento_permanente_no_Conselho_da_Liga_das_Nacoes. Acesso em: 28 jul. 2021.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2013.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Da Universidade/UFRGS/Fundação Alexandre de Gusmão/Funag, 2000.

HEINSFELD, Adelar. *As fronteiras nacionais e a imprensa na República Velha* [recurso eletrônico]. Passo Fundo: Acervus, 2020.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX:1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia e Possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Revista Escritas*, v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/carol/Downloads/1629-Texto%20do%20artigo-9841-1-10-20151009.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005

PASSOS, Anaís M.; CORÁ, Camilla; AMAZARRAY, Igor C. Discurso, prática e poder: o Brasil na Liga das Nações. *Revista InterAção*, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12695>. Acesso em: 05 ago. 2020.

PEREZ-GUERRERO, Manuel. *Les relations des Etats de l'Amérique latine avec la Société des Nations*. Paris: A. Pedone, 1936. p.27. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9822631j/f35.item.texteImage>. Acesso em: 03 set. 2020.

RODRIGUES, Daniel Lago; MIALHE, Jorge Luís. *A Participação e Retirada do Brasil na Liga das Nações*. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 2, n. 4, p. 155 -165, 2003. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/699>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, p. 87-112, jul./ out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a04.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Primeira Guerra Mundial e o Declínio da Europa*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As Guerras Mundiais*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.